

“Intersexualidade: desafios de gênero”

Amiel Vieira, Anacely Guimarães Costa, Barbara Gomes Pires e Marina Cortez



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 16, v. 1

set.2021-dez.2021

p. 01-20

Mapeando a temática contemporânea da intersexualidade

O tema da intersexualidade não é nenhuma novidade. Sua etimologia carrega impressionante simbolismo em cada tempo histórico, apontando para algumas variabilidades terminológicas, como a longa tematização em torno do *hermafroditismo*. Com a emergência moderna do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2012) está mais do que reconhecido que foi produzida uma profusão de saberes e de poderes em torno do sexo com o objetivo de reconhecê-lo e regulá-lo melhor. Uma das localizações mais singulares dessa gestão pode ser acompanhada pela busca do “sexo verdadeiro” em corpos ditos ambíguos (FOUCAULT, 2010); em outras palavras, a assunção de que poderia haver uma “mistura dos sexos” em um mesmo corpo humano caiu por terra durante o século XIX (LEITE JR., 2011; CORTEZ, 2020). Na virada do século XX, muitos conhecimentos se fizeram novos e relevantes e, entre eles, a sexologia dentro das ciências psi e a endocrinologia dentro do campo da medicina (RUSSO, 2013; ROHDEN, 2008). Nesse movimento de sedimentação da ciência e da medicina moderna, podemos situar a “questão intersexo”.

Ainda entre as décadas finais do século XIX e a primeira metade do século XX, as abordagens médicas em torno da intersexualidade não seguiram sistemas taxionômicos únicos ou protocolos definidos: os diagnósticos dos casos clínicos e as terapêuticas adotadas foram marcadamente individuais (VÁZQUEZ GARCÍA e CLEMINSON, 2012), caracterizando o que a pesquisadora Alison Redick (2004) chamou de *Era da Idiosincrasia*. Em contraste, a década de 1950 trouxe um marco incontornável para o manejo social e médico da intersexualidade, quando o psicólogo e sexólogo neozelandês John Money começou a formular um protocolo de atendimento dos casos de intersexualidade assentado na premissa da *urgência médica e social* que a conformação corporal extraordinária ensinaria (REDICK, 2004). O Modelo Centrado no Sigilo e Cirurgia (Santos, 2000) baseava-se na afirmação de que a identidade de gênero das crianças seria primariamente definida pelos processos de socialização durante seus primeiros



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

anos de vida e estaria fortemente atrelada à anatomia genital, primordial para o estabelecimento de uma identificação “normal” com o gênero atribuído ao nascimento. Nos casos de bebês nascidos com “genitália ambígua”, a realização célere de *cirurgias* de normalização, idealmente ainda durante os dois primeiros anos da criança, constituía a pedra angular da referida abordagem. Money e seus colaboradores enfatizavam ainda a necessidade de *sigilo* sobre a condição intersexo para a própria pessoa, a fim de se obliterar a possibilidade de “dúvida” quanto ao gênero atribuído e, assim, garantir o desenvolvimento “congruente” da identidade de gênero (CORTEZ, 2015).

As pesquisas de Money sobre intersexualidade e sua atuação nos casos clínicos que chegavam ao Hospital Johns Hopkins (EUA) constituíram um ponto incontornável não apenas pelos protocolos aí adotados, que lograram uma homogeneização inédita, e suas consequências nefastas para milhares de pacientes pediátricos operados/mutilados a sua revelia; o termo *gênero* no sentido de “sexo psicológico” é precedente, na obra de Money, à sua utilização nos estudos feministas, campo em que o termo/conceito consolidou-se a ponto de tornar-se ubíquo. Com efeito, desde final dos anos 1960, encontramos produções feministas anglófonas em que “gênero” foi inicial e experimentalmente adotado no mesmo sentido de Money, o que é explicitamente indicado através de alusões a suas pesquisas sobre a intersexualidade. (CORTEZ, GAUDENZI, MAKSUD, 2019).

Nas décadas seguintes, os usos políticos da categoria transformaram-se: a disseminação das ideias sobre gênero de Money e outros ocorreu de forma concomitante e, em certa medida, indissociável do crescente e polissêmico uso da categoria entre pesquisadoras feministas e movimentos sociais identitários, no escopo mais político da sociedade estadunidense. Surgiram pesquisas como a das psicólogas Suzanne Kessler e Wendy McKenna, “*Gender: An Ethnomethodological Approach*” (1985), livro inicialmente publicado em 1978. Na publicação, elas acompanharam práticas interpretativas que naturalizam o “sexo” enquanto “fato [científico] irreduzível” (Ibidem, p. vii). O impacto desse trabalho nos estudos de gênero e sexualidade – ou seja, área temática vinculada às ciências humanas e sociais – foi enorme.

A partir do final da década de 1980, grupos de suporte e de apoio aos familiares e pacientes submetidos/as aos procedimentos normalizantes no manejo médico da intersexualidade surgiram na Inglaterra e Estados Unidos e passaram a se difundir globalmente. Poucos anos mais tarde, observou-se a emergência de organizações como a antiga *Intersex Society of North America* (ISNA), criada nos Estados Unidos em 1993. Em contraste aos grupos de pacientes citados anteriormente, a ISNA foi uma organização pioneira na discussão da temática da intersexualidade sob uma perspectiva mais declaradamente política, fortemente influenciada pela



crítica feminista às desiguais relações de gênero e aos pressupostos sexistas e heteronormativos que permeiam tanto a pesquisa científica quanto as práticas médicas. Assim, a atuação da organização ilustra de maneira paradigmática a forma como a intersexualidade passou a ser evidenciada para as mídias e o senso comum, mas também se assentou como um importante obstáculo político no entorno do debate clínico e terminológico que as associações médicas se responsabilizavam por difundir a fim de controlar os critérios diagnósticos (DREGER, 1998; CHASE, 1999).

O surgimento da ISNA coincidiu com o recrudescimento dos questionamentos às formulações éticas e metodológicas ao trabalho de John Money dentro das disciplinas científicas e da medicina (DIAMOND, SIGMUNDSON, 1997a; FAUSTO-STERLING, 1985 e 2000), ainda nos anos 1990. As cirurgias realizadas em bebês e crianças intersexo passaram a ser duramente criticadas e um modelo de reforma médica centrado no paciente foi desenvolvido (DIAMOND, SIGMUNDSON, 1997b; CORTEZ, 2015), ao mesmo tempo em que se fortaleceu o movimento político intersexo nos Estados Unidos. A busca pela abolição das cirurgias de normalização genital ganhou visibilidade com as discussões normativas que aconteciam nas esferas dos poderes legislativo e executivo de alguns municípios e estados estadunidenses (PREVES, 2003; DAVIS, 2015). Esse debate e consequente visibilidade ajudaram a enquadrar as cirurgias não consentidas em bebês e crianças intersexo enquanto “mutilações genitais intersexo” (*intersex genital mutilations* [IGM]). Ao pluralizarem a trajetória da pessoa intersexo para além do ambiente hospitalar, os movimentos sociais reposicionaram politicamente termos outrora cunhados pelo discurso médico, como “hermafrodita”, tematizando seus efeitos individuais ao lado das incorporações no plano cultural da sociedade.

Na virada do milênio, vários movimentos sociais foram afetados pela visibilidade derivada das plataformas e dos modos de engajamento *online*. Essa abertura de espaços de escrita e partilha de maneira virtual fez com que diálogos proliferassem em outras partes do mundo, descentrando o ativismo intersexo que, até então, tinha mais evidência e influência a partir do contexto estadunidense. Organizações como *Organisation Intersex International* (OII) apareceram no Canadá e na Austrália, mas atuações como a de Mauro Cabral Grinspan, a partir da Argentina, influenciaram sobremaneira as reorganizações de inscrições políticas e disputas por direitos a partir da diversidade da experiência da intersexualidade, pensando sua mobilização com as especificidades e os históricos de outros territórios inscritos no Sul global. Natasha Jimenez, da Costa Rica, e Laura Inter, do México, são mais duas referências do ativismo intersexo que iniciaram uma militância na virada do milênio em seus respectivos países latino-americanos (ALCÁNTARA, 2009; INTER, 2018).



De forma paralela, ativistas do circuito da ISNA e, posteriormente, da *Accord Alliance* tiveram profundo impacto na mudança terminológica difundida pelo “Consenso de Chicago” (2006), publicação que surge de um evento ocorrido em 2005 na cidade estadunidense com médicos de várias especialidades e países, além de duas ativistas das organizações citadas (MACHADO, 2008b). Essa recomendação de alteração classificatória ligava-se a uma aliança tanto médica quanto de parte do ativismo para tornar mais neutro, objetivo e técnico termos diagnósticos que seriam estigmatizantes, caso de “pseudo-hermafroditismo”, que ainda estavam na base diagnóstica dos “estados intersexuais”, ou politizados demais, caso da identidade intersexo recém organizada pela militância (FEDER, KARKAZIS, 2008; DAVIS, 2015).

Ainda assim, a estabilização classificatória na terminologia médica dos “distúrbios do desenvolvimento sexual” (LEE *et al*, 2006) e, posteriormente, “diferenças do desenvolvimento sexual” (LEE *et al*, 2016) não adquiriu tanta aderência nos ativismos intersexo nem nos campos acadêmicos de vertente crítica aos modelos diagnósticos do tratamento precoce (MONRO *et al*, 2021). O adensamento de pesquisas, mobilizações sociais e estratégias políticas transformaram as formas usuais com que a intersexualidade foi sendo imaginada e difundida globalmente. As histórias de gerenciamento social e médico que marcaram grande parte dos estudos durante o século XX passaram a dividir espaço, a partir dessas últimas duas décadas, com as novas articulações feitas entre ativistas e cientistas em torno do corpo, sexo e gênero. A visibilidade dessa reconstrução temática não atenua a força do diagnóstico e dos procedimentos normalizantes, contudo, permitem cada vez mais acolher versões mais positivas e combativas de experiências que antes eram relegadas aos tópicos de “desvios do desenvolvimento” dos manuais médicos ou às matérias de curiosidades excêntricas em publicações de jornais e revistas que eventualmente cobriam o assunto¹.

Por isso, a importância do ativismo da intersexualidade na virada do milênio, aliada às pesquisas de cunho feminista em várias disciplinas científicas que criticavam a persistente estabilização das categorias de sexo/gênero, não pode ser medida nessas poucas páginas de introdução ao dossiê temático. Ainda assim, buscamos reconhecer nesta apresentação o percurso ético, científico e político desses entrelaçamentos sociais e acadêmicos. A experiência intersexo avança do circuito estritamente médico e acadêmico do meio do século XX para abraçar mobilizações culturais de intensa envergadura e visibilidade nessas últimas décadas.

Diversas organizações foram criadas em várias partes do mundo, como a *interACT – Advocates for Intersex Youth*, fundada em 2006, nos Estados Unidos, ou a *Brújula Intersexual*,

1 Cf. MORANDO, Luiz. “Miloca que virou David”: intersexualidade em Belo Horizonte (1917 – 1939). *Bagoas*, n.08, 2012, p. 147-169.



fundada em 2013, por Laura Inter, no México. A organização não governamental *GATE*, fundada por Justus Eisfeld e Mauro Cabral Grinspan, em 2009, merece registro por sua reconhecida atuação de consultoria e *advocacy* internacional, além do trabalho cuidadoso e transformador de seus diretores na participação da elaboração dos “Princípios de Yogyakarta”, em 2006². Também podemos lembrar das filiais da OII, como a *OII-Chinese*, fundada por Hiker Chiu, em 2008, além das atualizações de antigas organizações, como a OII Australia, desde 2018, com a nova denominação de *Intersex Human Rights Australia*.

Um último ponto que consideramos necessário abordar nesta apresentação à temática da intersexualidade gira em torno da identidade. Da mesma maneira que outros grupos de ativismo que se organizam a partir da construção e mobilização de uma categoria identitária, como a coletivização dos movimentos LGBTQIA+, enfatizamos que as noções de “intersexualidade”, “pessoa intersexo” e “variações intersexuais” não são estáticas; essas conceituações mudam conforme as normas sociais culturalmente sedimentadas por cada tempo histórico e em cada país. Suas definições são acordos momentâneos feitos pelos ativismos, como também de terminologias rastreadas e consensuadas por grupos acadêmicos, mas que estão permanentemente em processo de mutação.

Nesse sentido, acompanhamos a produção de novas categorias políticas como “endossexo” para marcar pessoas que nascem de acordo com os modelos e as expectativas binárias estabilizadas pelas normas sociais em torno do sexo/gênero (COSTELLO, 2011; BÖDEKER, 2016). O uso dessa conceituação é fundamental para os movimentos sociais contemporâneos que buscam evidenciar os discursos e as práticas de normalização de corpos não considerados típicos para o padrão do dimorfismo sexual, culminando na politização do que seria uma *endonormatividade*, assim como também agem a cisnormatividade e a heteronormatividade (SERANO, 2007; BUTLER, 2008). De todo modo, essas definições e usos políticos ainda estão sendo negociados, da mesma forma que os limites identitários para pertencimentos coletivos dentro do ativismo intersexo.

Afinal de contas, a intersexualidade enquanto coletividade desvela e fratura as combinações dos regimes ideológicos que sistematicamente conformam corpos sexuados, mas nessa desestabilização coletiva ela também se torna uma mobilização política. Similar aos avisos utópicos feitos por Monique Wittig sobre a importância da “existência lésbica” para quebrar as concepções simbólicas e materiais que perfazem o “contrato heterossexual” (WITTIG, 1992), a combinação de ativismo intersexo e ciência feminista agindo coletivamente e globalmente

2 A publicação derivada do encontro pode ser encontrada a seguir, além de sua atualização em 2017: <https://yogyakartaprinciples.org/> (Acesso 14//07/2021 às 08:48)



podem colaborar significativamente para a recombinação das normas sociais que ainda garantem “verdade” e “valor” ao binarismo de sexo/gênero.

Explosão temática no Brasil: resoluções, estudos e publicações

No Brasil, a temática da intersexualidade se avoluma e avança mais criticamente depois da publicação da Resolução nº 1.664, de 2003, do Conselho Federal de Medicina (CFM). A hipótese de que existe uma explosão temática a partir da promulgação da resolução se deve ao fato de que vários estudos passaram a ser desenvolvidos a partir dali, principalmente ao adotar uma perspectiva mais crítica à terminologia proposta pelo documento, a saber, “anomalias da diferenciação sexual” (ADS), tratada desde então como uma “urgência biológica e social”. Contudo, seguramente, nenhum fenômeno surge como uma via de mão única, isto é, não temos ocorrência no mundo social de enquadramentos ou investimentos científicos feitos de forma isolada, de modo que essa apresentação mais estrutural do cenário internacional parece ter sido um fator que impactou a visibilidade acadêmica do tema e a regulação institucional do manejo médico no país.

Nos anos seguintes à resolução do CFM, além do campo estritamente médico, tivemos produções na área da psicologia e ciências sociais que foram responsáveis por lançar o debate sobre intersexualidade para a academia brasileira. Vale lembrar o trabalho seminal da antropóloga Mariza Corrêa (2004a), no qual revisita o paradigmático caso dos irmãos gêmeos “John/Joan” e suas implicações para a proposta teórica de John Money, além de produzir paralelos entre as cirurgias de mutilação genital, em outros contextos socioculturais, com as cirurgias realizadas em crianças intersexo (2004b). Outro registro desse momento refere-se aos artigos escritos por Santos e Araújo (2001, 2004 e 2008), em que as autoras abordam estudos da literatura especializada, mas também dedicam atenção especial para uma análise dos aspectos psicossociais presentes no processo de construção do gênero em pessoas intersexo.

A própria dissertação de Moara de Medeiros Rocha Santos, defendida em 2000, pode ser contextualizada nessa conjuntura de espraiamento da temática da intersexualidade para ambientes mais críticos às leituras essencializantes tradicionalmente realizadas pela medicina. Ainda assim, vamos sumarizar brevemente algumas pesquisas e publicações que envolvem o campo de estudos da intersexualidade dentro do país. Essa rápida sumarização³ foi pensada para ser um guia de fácil acesso para leitores e leitoras que desconhecem ou que desejam se aprofundar no tema, com uma grosseira divisão das pesquisas em análises segmentadas,

³ Para uma análise mais estruturada do tema até a primeira década do milênio, mais centrada nas ciências humanas e sociais, ver Machado (2014). Para uma análise da produção científica sobre a intersexualidade localizável no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, ver Branco (2018).



lembrando que elas não se restringem às limitações organizacionais propostas pela coordenação deste dossiê.

Nesse sentido, para análises sobre segredo, sigilo e ocultamento nas práticas médicas com crianças intersexo no Brasil ver mais em Machado (2005; 2008a), Lima (2007; 2014), Canguçu-Campinho (2012), Costa (2014; 2018) e Pires (2015; 2016a). Para pesquisas sobre bioética, ver mais em Guimarães Jr. (2014) e Cortez (2015). Para trabalhos que versam sobre intersexualidade e direito em diversas ramificações tanto normativas quanto jurídicas, ver mais em Fraser e Lima (2012), Souza (2015; 2019), Pires (2018a), Pretes (2019) e Leivas *et al* (2020). Para pesquisas sobre itinerários terapêuticos em ambientes hospitalares, ver mais em Lima, Machado e Pereira (2017) e Pires (2018c). Para uma reflexão psicanalítica sobre o atendimento a pessoas intersexo em um contexto hospitalar, ver Brito (2014). Para uma análise genealógica sobre os regimes de visibilidade médica e social da intersexualidade no período pré-moderno e no início da Modernidade, ver Cortez (2020). Para uma análise arqueológica da cultura material como expressão do entendimento social da intersexualidade, ver Roedel (2017). Para publicações que relacionem a intersexualidade com campos literários e/ou materiais audiovisuais, ver mais em Silva, Nunes e Bento (2011), Colling e Santos (2011) e Amaral e Ribeiro (2017). Para análises sobre esporte, especialmente em relação às regulações esportivas em torno da feminilidade que balizam a elegibilidade da categoria feminina nas modalidades de alto rendimento, ver mais em Silveira (2013; 2014; 2015) e Pires (2016b; 2018b; 2020a; 2020b). Por fim, para publicações sobre intersexualidade e produção de saberes em torno do sexo, do gênero e da sexualidade, ver mais em Pino (2007), Canguçu-Campinho, Bastos e Lima (2009), Gaudenzi (2018) e Costa (2016; 2018b). O livro “Intersexo” (2018), organizado por Maria Berenice Dias, também representa um importante esforço em sistematizar a temática a partir de pesquisas produzidas no país.

Em vista disso, antes de entrarmos efetivamente na apresentação dos artigos do dossiê, também importa situar o ativismo intersexo dentro do país, da mesma maneira que vislumbramos um pouco das pesquisas e publicações nacionais que há anos se debruçam sobre o tema. O próximo tópico é uma tentativa de estruturação, ainda que não exaustiva, dessa militância nacional em torno da intersexualidade.



O ativismo intersexo no Brasil: da solidariedade virtual até a construção do dossiê⁴

Ao concluir o mestrado em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC), a secretária do programa de pós-graduação solicitou que eu entregasse alguns documentos para processamento do diploma. Foi quando encontrei uma carta estranha entre papéis e documentos acumulados na casa de meus pais. No envelope da carta estava escrito que o remetente era do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (ICr/HCFMUSP). Eu lembrava do remetente. Fui paciente do hospital durante anos e a equipe de endocrinologia, em especial, cuidou de minha saúde por muito tempo. Algum profissional dessa especialidade havia enviado a carta, endereçada para minha mãe, e a encontrei anos depois. No conteúdo da carta, datada de quando eu era um jovem de 14 anos, afirmavam que eu era portador de “Síndrome de Insensibilidade Androgênica” (*Androgenic Insensitivity Syndrome* (AIS), em inglês) e que desde os meus 10 anos deveria tomar hormônios para crescimento e desenvolvimento das características sexuais secundárias ao sexo/gênero feminino.

Em parte, eu já sabia da hormonização, mas não tinha a menor ideia do que significava ser portador dessa síndrome. Na medida em que fui pesquisando, descobri que fazia parte desse grupo normalmente ocultado, mas muito plural, de pessoas de vários lugares do mundo que viviam com pelo menos 47 tipos de “estados intersexuais”. Era fim de 2015. No ano seguinte, no período de junho, quando acontecia a Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais na cidade de São Paulo, sugeri organizar um evento na região do Butantã, bairro na zona oeste da capital paulista, sobre intersexualidade e lesbianidade. Foi quando Ana Amorim, integrante da Caminhada, me apresentou Alexander Ballestrin e Shay Bittencourt, duas pessoas intersexo que estavam como convidados e, finalmente, descobri que não estava mais só. A partir dali, percebi que existiam muitas pessoas intersexo no estado e por todo o país. Entendi que o que faltava verdadeiramente era mais visibilidade e informação sobre a questão da intersexualidade.

Ao mesmo tempo, pesquisava bastante sobre o assunto. Notei que só encontrava materiais sobre AIS em inglês ou espanhol e não tinha nada sobre o tema em português. Depois de passar um tempo pesquisando em vários buscadores *online*, entrei em uma rede social em busca de mais conteúdo. Nessa procura, me deparei com uma página em espanhol chamada “*Síndrome de Insensibilidad a los Andrógenos*”, com informações bem específicas sobre o que significa viver com essa condição de intersexualidade e também facilitava acesso para outras pessoas portadores de AIS e seus familiares. Decidi enviar uma mensagem para o criador da página. A minha

4 A passagem do texto para a primeira pessoa do singular se deve ao fato de que a sessão foi produzida a partir do ponto de vista de Amiel Vieira, pessoa intersexo e transmasculino, um dos ativistas pioneiros da temática no Brasil e um dos organizadores deste dossiê.



surpresa foi enorme ao me responderem que tinham contato com outros brasileiros, especialmente uma baiana que também vivia com a mesma variação intersexual e então me encaminharam o *link* para seu perfil. Seu nome era Olívia Denardi.

Ao adiciona-la como amiga na rede social, naquele fim de 2015, começamos a conversar sobre intersexualidade. Olívia já tinha criado uma página, a primeira em português sobre a temática, chamada “Visibilidade Intersexo”⁵. Ela também me apresenta uma comunidade virtual que tinha organizado com outras pessoas intersexo de vários estados brasileiros. Olívia agregava e apoiava, tirando a intersexualidade do anonimato.

Dois anos depois, em 2017, Olívia divulgou na comunidade virtual que pensava há algum tempo, em conversa com outros colegas, em iniciar uma associação de pessoas intersexo. Então fizeram um chamado no grupo e nove pessoas responderam com interesse. Esse novo grupo de pessoas intersexo congregava brasileiros de várias regiões do país, além de uma brasileira que morava na Irlanda. Todos nos juntamos na época para forjar o começo da *Associação Brasileira de Intersexos* (ABRAI). Foi nessa interseção entre a página de visibilidade na rede social e a comunidade virtual que nasceu o movimento intersexo brasileiro. O sonho de uma associação que cuide e represente os interesses das pessoas intersexo no Brasil também se materializa nesses esforços coletivos.

Essas nove pessoas éramos eu, Amiel Vieira, Olívia Denardi, Alexander Ballestrin, Dionne Freitas, Eris Haru, Jéssica Tenório, Shay Bittencourt e Yummi (*in memoriam*), todos/as com algum tipo de variação de intersexualidade, além de Thais Emília de Campos, mãe de Jacob Chrystopher, bebê intersexo falecido em 2018 depois de muita luta para superar suas inúmeras cardiopatias⁶. Esse momento de solidariedade também foi aglutinador de nossas trajetórias de ativismo; por isso, Thais também passou a integrar a coletividade intersexo representando os inúmeros familiares de bebês e crianças com variação intersexual.

No final de 2018, criamos o primeiro estatuto da ABRAI. Esse documento rodou o país para coletar as assinaturas de seus fundadores e dar início ao reconhecimento jurídico da associação. Olívia foi eleita a presidente da entidade, mas percebeu a necessidade de fazer um novo estatuto e reiniciar o processo de reconhecimento jurídico, dessa vez de forma presencial. Nesse momento, acordamos que seria mais produtivo realizar esses trâmites em São Paulo, fato que mobiliza uma nova eleição da ABRAI. Já tinha passado um ano, era fim de 2019, quando fui eleito para a presidência da entidade, compondo a diretoria com Thais na vice-presidência.

5 A página “Visibilidade Intersexo” na rede social Facebook pode ser encontrada aqui: <https://www.facebook.com/visibilidadeintersex/> (Acesso em 11/07/2021 às 12:04).

6 Thais Emília de Campos escreveu um livro sobre a vida de Jacob, intitulado “*Jacob(y), ‘entre os sexos’ e cardiopatias, o que o fez Anjo?*” (2020), que pode ser encontrado no site da editora Scortecci.



O ano de 2019 não foi fácil. Além do falecimento de Yummi, também sofri um grave acidente de carro. Fiquei muito debilitado durante meses, entre a vida e a morte, passando por várias operações no Hospital Municipal Souza Aguiar (Rio de Janeiro) para reconstituir ossos dos braços e pernas e posteriormente cuidar da minha reabilitação física e mental. Nesse período, Thais e Shay assumiram, respectivamente, a presidência e vice-presidência da entidade, cargos que ocupam até hoje.

Além do percurso ativista, fui me encontrando em discussões acadêmicas. Nomes como Moara Santos, Shirley Accioly, Paula Sandrine Machado, Ana Canguçu-Campinho e as organizadoras deste dossiê, Anacely Guimarães, Barbara Gomes Pires e Marina Cortez, foram referências para aprofundar minhas próprias investigações sobre a temática. Em 2017, passei na seleção de doutorado no Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva coordenado formalmente por ENSP/Fiocruz, UERJ, UFF e UFRJ. Nesse período, passei a colaborar constantemente com Anacely, Barbara e Marina em eventos de visibilidade da intersexualidade, além de criar um grupo acadêmico para pesquisadores do tema, a antiga *Liga Brasileira de Estudos em Intersexualidade* (LBEI). Sempre tive a ideia de juntar nessa liga o maior número possível de pesquisadores espalhados pelo país. Depois, viramos um grupo maior chamado *Observatório Intersexo*, ainda sem vínculo institucional.

São muitos caminhos, e este dossiê é mais um deles. Estive em contato com o editor da revista *Periódicus*, Leandro Colling, para planejar um número sobre intersexualidade. Ele adorou a ideia, mas o acidente mudou o cronograma inicial. Agora estamos aqui. Entre atrasos e encontros, conseguimos agregar o melhor que temos para compartilhar com vocês. O dossiê é coletivo, efeito da visibilidade conquistada pelo ativismo intersexo, mas também das várias parcerias acadêmicas que rendem tantos frutos quando insistimos em tornar o invisível cada vez mais visível.

Apresentação do dossiê “Intersexualidade: desafios de gênero”

O percurso compartilhado por Amiel Vieira na sessão anterior registra pontos importantes que remetem a um modo de contar uma história coletiva da intersexualidade: pessoas que descobrem *tardamente* que passaram por procedimentos cirúrgicos e/ou hormonais *precoces* porque apresentavam configurações corporais “incompletas” ou “subdesenvolvidas”, notadamente quando apresentavam características diversas aos sentidos vigentes de masculinidade ou feminilidade. Em um segundo plano, vemos que essa descoberta pessoal foi sucedida pela organização de um pioneiro movimento político intersexo brasileiro reunindo, através das redes sociais, pessoas de regiões e estados diversos do país. Em um terceiro plano é



apontada a formação do campo de estudos acadêmicos brasileiros sobre o tema na área de ciências humanas, sociais e saúde a partir de estudos realizados em centros de pesquisa e/ou universidades majoritariamente localizados em um eixo considerado mais “central/desenvolvido” do país, a saber, o sul/sudeste brasileiro.

Acreditamos que um elo possível entre esses três distintos enquadramentos da intersexualidade – individual, político/coletivo e acadêmico – encontra expressão em uma lógica reforçada de desenvolvimento corporal, social, econômico e cultural. Sabe-se que as categorias médico-sociais usadas para definir corpos e indivíduos que não se encaixam no *dimorfismo sexual* foram tecidas no interior de discursos científicos ao redor da noção de desenvolvimento (ver mais em COSTA, 2018a). Esse esquema organizador estruturou e deu legitimidade a um sistema de classificações sociais e biológicas que ajudou a segmentar hierarquicamente a humanidade em termos de raça, sexualidade, gênero e nação, estabelecendo, com isso, níveis distintos de relações de poder e autoridade com os lugares e as pessoas que neles habitam (LUGONES, 2008; MCCLINTOCK, 2010). Assimiladas ao “princípio do desenvolvimento” em lugares e tempos diferentes, essas definições de sexo/gênero se cruzam com outros marcadores biosociais e, em dados contextos, produzem visibilidades plurais para a noção de *diferença sexual*.

Particularmente importante nesta ideia de desenvolvimento referida aqui diz respeito às classificações e ordenações sociais a partir das quais foram delimitados mapas teóricos-conceituais e territórios geográficos que produziram os enquadramentos dominantes sobre a “diferença intersexo”: conceitualizações e nomenclaturas médicas e políticas, protocolos de intervenção internacionais, ativismos periféricos e globais, narrativas acadêmicas mais centrais do que outras. Uma abordagem da intersexualidade a partir desta perspectiva de desenvolvimento nos permitiria falar propriamente das formas que estruturam as disputas narrativas em torno da intersexualidade e os limites que lhes são impostos.

Nesses aspectos, o dossiê temático parte de uma proposta que busca expandir os enquadramentos da intersexualidade, sobretudo, no contexto da América Latina. Ainda assim, devemos ressaltar que essa estratégia da organização também foi delimitada com dificuldade, estabelecendo um recorte muito parcial da bibliografia estabelecida na área, de modo que reforçamos a necessidade de leitores e leitoras buscarem ativamente mais produções acadêmicas, políticas e artísticas que estão em circulação em nossa região e privilegiar tanto quanto possível esse diálogo para produzir um conhecimento efetivamente situado, feminista, engajado e interseccional.



Nesse sentido, este dossiê busca agregar produções oriundas de países diversos (Argentina, Brasil, Espanha e México) que tocam em pontos centrais e comuns a esses contextos ao mesmo tempo em que apontam suas respectivas particularidades no debate atual sobre a intersexualidade. Organizamos os textos em dois blocos temáticos seguidos de entrevistas com duas importantes referências na luta por direitos humanos das pessoas intersexo na América Latina. O primeiro conjunto de artigos retoma personagens, temas e questões históricas sobre a intersexualidade no âmbito da medicina e do direito em um contexto internacional. O segundo bloco adentra no cenário brasileiro e latino-americano contemporâneo oferecendo uma miscelânea das regulações médico-jurídicas e seus efeitos na vida de crianças e adultos intersexo.

No primeiro bloco, abrindo este dossiê, temos o artigo *Sexos incertos: ambiguidade e diferença na autobiografia de Herculine Barbin*, de Izabel Rizzi Mação, Davis Moreira Alvim e Alexsandro Rodrigues, no qual os/a autores/a revisitam o icônico diário de Herculine/Alexina/Camille. Escrito originalmente no século XIX, a autobiografia dessa professora francesa diagnosticada como “hermafrodita masculino” constitui uma referência clássica no campo da intersexualidade, de modo que uma contribuição significativa desse texto é nos instigar com perguntas que permanecem atuais, tais como: “nós realmente precisamos de um verdadeiro sexo?”. A partir dela, podemos complementar: a quem interessa a manutenção da ideia de que existe um “verdadeiro sexo”? São indagações fundamentais que ainda organizam disputas e poderes na conjuntura política e social contemporânea, lançando profundos impactos nos direitos sexuais e reprodutivos ao redor do mundo.

O artigo *Vigilar y corregir: bioestado de excepción y cuerpos intersexuales*, de Daniel J. García López e Luísa Winter Pereira, apresenta uma contribuição importante para analisar os fenômenos ligados à regulação biopolítica da intersexualidade, a categoria do “estado de exceção”. Entre inspirações clássicas, como Michel Foucault e Roberto Esposito, mas também lembrando das incorporações contemporâneas dessas abordagens a partir do campo de estudos da intersexualidade, como feito pelo ativista Mauro Cabral Grinspan (2005), García López e Pereira traduzem esse impactante arcabouço teórico e político na definição das normas jurídicas modernas. Ao situar os tratamentos médicos não consensuais que são direcionados às pessoas intersexo como análogos aos crimes contra a humanidade, o/a autor/a trazem para o debate do paradigma imunológico a sistemática “biologização do direito”, a fim de repensar suas bases para aplicação de tutela jurídica, em um esforço de centralizar, por fim, um direito à autodeterminação dos corpos.



Em seguida, temos o artigo *Segredos e ‘verdades’ acerca da condição intersexual em Grey’s Anatomy*, de Luciana Aparecida Siqueira Silva, Claudiene Santos, Laíne Lopes da Silva e Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, no qual as autoras propõem uma análise inédita sobre o conteúdo relacionado à intersexualidade retratado em dois episódios da série televisiva estadunidense *Grey’s Anatomy*. Apoiadas em Paul Preciado, Judith Butler e Michel Foucault, as autoras demonstram como são veiculados para o público geral os discursos sobre certas concepções sobre o que seria um corpo normal e adoecido, os tratamentos e condutas tidos como adequados ou não para a intersexualidade. O texto põe em perspectiva como o conteúdo visual e os diálogos operam no registro da reiteração da heteronormatividade e do projeto normalizador para pessoas intersexo, oferecendo uma leitura crítica a esse enquadramento.

O segundo bloco de textos inicia com o artigo *Corpos que desafiam as normas: narrativas da Defensoria Pública sobre intersexualidade*, de Manoel Rufino David de Oliveira e Alisson Costa Gonçalves, que se debruçam sobre as demandas jurídicas das pessoas intersexo no contexto do Norte brasileiro. A publicação de dados sobre essa região do país busca preencher uma lacuna no campo de estudos da intersexualidade, além de contribuir para o conhecimento de como uma parte do Direito brasileiro, na figura da Defensoria Pública do Estado do Pará, vem mobilizando estratégias jurídicas na defesa dos direitos de pessoas intersexo.

Na sequência, o artigo *Protagonismo da criança intersexo diante do protocolo biomédico de designação sexual*, de Andréa Santana Leone de Souza, Ana Karina Canguçu-Campinho e Mônica Neves Aguiar da Silva, problematizam a ausência de consentimento das crianças para os procedimentos cirúrgicos. Apresenta-se como uma contribuição teórica necessária sobre os limites e as possibilidades da participação das crianças intersexo nos processos decisórios envolvidos em suas trajetórias médicas.

O texto *Por que eu tenho que vir ao médico para ele ver minha genitália? As descobertas de um jovem potiguar*, de Mikelly Gomes da Silva, acompanha a trajetória de um jovem em seu percurso médico, entrelaçando-se com seu processo de autoidentificação enquanto uma pessoa intersexo. O deslocamento do eixo de investigação para o Nordeste brasileiro aponta pistas significativas sobre como os protocolos médicos globalizados são aplicados em territórios e trajetórias que carregam marcas específicas de regionalidade, estigma e invisibilidade.

O último dos artigos, *Reflexiones autobiográficas sobre la representación de cuerpos intersexuales y el activismo cultural*, de Macarena Murugarren, é um testemunho pungente construído a partir das memórias relacionadas às intervenções médicas em uma realidade argentina. O relato apresenta uma potente síntese dos efeitos psíquico-emocionais, sociais e políticos do enquadramento médico, rompendo com o segredo ao qual as pessoas intersexo



foram submetidas por décadas. Vem, portanto, fortalecer as narrativas das pessoas intersexo na busca por reparação, reconhecimento e visibilidade social.

Finalizando o dossiê, temos as entrevistas realizadas pelo/as organizador/as com a professora Eva Zavala Alcántara e o ativista Mauro Cabral Grinspan, duas pessoas reconhecidas internacionalmente como referências acadêmico-políticas a partir da América Latina em relação à temática da intersexualidade.

Esperamos, em vias de conclusão, que este dossiê seja mais uma alternativa de informação para expandir criticamente esses debates em torno do *corpo sexuado*, situando os processos diagnósticos e terapêuticos, assim como as normas jurídicas e sociais, em seus contextos de formação epistêmica, histórica e cultural. Os estudos da intersexualidade reúnem um conhecimento indispensável à mobilização política e institucional dos ativismos intersexo no Brasil, nos países da América Latina e ao redor do globo.

Por isso, gostaríamos de agradecer a generosidade e o cuidado de Leandro Colling na edição do dossiê e de toda equipe da revista *Periódicus*. A capa do dossiê, com uma imagem escolhida e cedida gentilmente pela artista e ativista mexicana Adiós al Futuro, representa a flor “Toloache” [*Datura Innoxia*]. É classificada como uma flor hermafrodita nativa da América do Norte, com propriedades medicinais e capazes de alterar o estado de consciência, tornando-a sagrada em várias regiões do planeta como Nepal ou México. Ela desabrocha à noite, murchando ao amanhecer. Dada a sua toxicidade, há dificuldades em sua manipulação e cultivo, carregando ao longo dos anos uma fama ambígua: divina, porém ameaçadora e proibida. Para a artista, sua imagem remeteria à vasta história de fascínio, perigo e regulação que ainda perdura na gestão moderna da intersexualidade.

Referências bibliográficas

ALCÁNTARA, Eva Zavala. “Rompiendo fronteras: activismo intersex y redes transnacionales”. In: Golubov, Nattie. Parrini, Rodrigo (orgs.). *Los contornos del mundo: globalización, subjetividad y cultura*. México: CISAN/UNAM, 2009.

AMARAL, Caroline; RIBEIRO, Paula Regina Costa. “Intersexualidade na literatura juvenil: em foco o livro Menino de Ouro”. *Textura*, v. 19, n. 39, 2017.

BRANCO, Fabiane Dionello. *Corpos intersexo: borrando fronteiras da norma binária*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Rio Grande/RS, 2018.



BRITO, Nelly Lara de. *Um ensaio sobre os corpos e seus nomes: o intersexo nos meandros da sexuação*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, Ana Karina. *A construção dialógica da identidade em pessoas intersexuais: o x e o y da questão*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2012.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, Ana Karina Figueira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa Bittencourt; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. “O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, 2009.

CFM. *Resolução nº 1.664 do Conselho Federal de Medicina*. Dispõe sobre as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadores de anomalias de diferenciação sexual. Publicada no DOU nº 90, Seção 1, p. 101-102, 13 Mai., 2003.

CHASE, Cheryl. “Rethinking treatment for ambiguous genitalia”. *Pediatric Nursing*. 25 (4), 1999, p. 451–5.

COLLING, Leandro; SANTOS, Matheus Araujo dos. “O corpo intersex e a politização do abjeto em XXY”. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v. 02, n. 25, 2011, p. 234-250.

CORRÊA, Mariza. “Não se nasce homem”. Trabalho apresentado no Encontro “Masculinidades/Feminilidades”, nos “Encontros Arrábida 2004”, Portugal, 2004a. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/942_926_n_aosenascehomem.pdf

CORRÊA, Mariza. “Fantasias corporais”. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b, p. 173-181.

CORTEZ, Marina. *Dualidade ou constelação? Intersexualidade, feminismo e biomedicina: uma análise bioética*. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

CORTEZ, Marina. *In/visibilia: Deslumbramentos e silenciamentos dos corpos intersexo*. Tese (Doutorado Acadêmico em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2020.



CORTEZ, Marina; GAUDENZI, Paula; MAKSUD, Ivya “Gênero: percursos e diálogos entre os estudos feministas e biomédicos nas décadas de 1950 a 1970”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29(1), e290103, 2019.

COSTA, Anacely Guimarães. *As (im)possibilidades do desenvolvimento: enquadres da intersexualidade no Brasil contemporâneo*. 2018a, 262 fls. Tese. (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Anacely Guimarães. “Entre ver e não ver: uma análise sobre as imagens médicas da intersexualidade”. *Equatorial*, Natal, v. 5, n. 8, 2018b.

COSTA, Anacely Guimarães. “Concepções de gênero e sexualidade na assistência em saúde à intersexualidade”. *[SYN]THESIS*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 51-62, jan./jun. 2016.

COSTA, Anacely Guimarães. *Fé cega, faca amolada: reflexões sobre a assistência médico-cirúrgica à intersexualidade na cidade do Rio de Janeiro*. 2014, 139fls. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COSTELLO, Cary Gabriel. “Sex and Gender Terminology”. *Trans-Fusion* [online], 2011. <https://trans-fusion.blogspot.com/2011/07/sex-and-gender-terminology.html> (Acesso em 13/07/2021 às 17:18)

DAVIS, Georgiann. *Contesting intersex: the dubious diagnosis*. New York University, 2015.

DIAMOND, Milton; SIGMUNDSON, Keith. “Management of Intersexuality: Guidelines for dealing with individuals with ambiguous genitalia”. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, v.151 n.10, p. 1046–5. 1997b.

DIAMOND, Milton; SIGMUNDSON, Keith. “Sex Reassignment at birth: Long term review and clinical implications”. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, v. 151, n. 3, 1997a, p. 298- 304.

DREGER, Alice Domurat “Ambiguous sex—or ambivalent medicine? Ethical issues in the treatment of intersexuality”. *Hastings Center Report*, 28 (3), May/June, 1998, p. 24-35.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Myths of gender: biological theories about women and men*. New York: Basic Books, 1985.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000.



FEDER, Ellen; KARKAZIS, Katrina. “What's in a name? The controversy over ‘Disorders of Sex Development’”. *The Hastings Center Report*, vol. 38, n. 5, 2008, p. 33-36.

FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: being the recently discovered memoirs of a nineteenth century French hermaphrodite*. New York: Vintage Books, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FRASER, Roberta Tourinho Dantas; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. “Intersexualidade e direito à identidade: uma discussão sobre o assentamento civil de crianças intersexuadas”. *Journal of Human Growth and Development*, 22(3), 2012, p. 358-366.

GAUDENZI, Paula. “Intersexualidade: entre saberes e intervenções”. *Cadernos de Saúde Pública*, 34 (1), 2018.

GUIMARÃES JUNIOR, Anibal Ribeiro. *Identidade cirúrgica: o melhor interesse da criança intersexo portadora de genitália ambígua. Uma perspectiva bioética*. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

INTER, Laura. “Brújula intersexual”. *Dfensor*, revista mensual de derechos humanos de la Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal, ano xvi, n. 3, 2018.

KESSLER, Suzanne.; MCKENNA, Wendy. *Gender: an ethnomethodological approach*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985 [1978].

LEE, Peter et al. “Global disorders of sex development update since 2006: perceptions, approach and care”. *Horm Res Paediatr*, 2016, p. 1-23.

LEE, Peter et al. “Consensus statement on management of intersex disorders”. *Pediatrics*, (118), 2006, p. e488-e500.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo et al. “Superando o binarismo de gênero: em direção ao reconhecimento civil de pessoas intersexo”. *Revista Culturas Jurídicas*, v. 7, Núm. 18, set./dez., 2020.

LEITE JUNIOR, Jorge. *Nossos corpos também mudam*. São Paulo. Annablume, 2011.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de. *Intersexo e (in)visibilidade: cidadania e saúde na busca do registro geral de identificação (rg)*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade Federal de São Paulo, 2014.



LIMA, Shirley Acioly Monteiro de. *Intersexo e identidade: história de um corpo reconstruído*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, Shirley Acioly; MACHADO, Paula Sandrine; PEREIRA, Pedro Paulo. “(Des)encontros no hospital: itinerário terapêutico de uma experiência intersexo”. *Cadernos Pagu*, 49, 2017.

MACHADO, Paula Sandrine. “(Des)fazer corpo, (re)fazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana”. *Cadernos Pagu*, n. 42, 2014, p. 141-158.

MACHADO, Paula Sandrine. *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade*. 2008a. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008a.

MACHADO, Paula Sandrine. “Intersexualidade e o ‘Consenso de Chicago’: as vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 23 (68), 2008b, p. 109-123.

MACHADO, Paula Sandrine. “O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural”. *Cadernos Pagu*, nº 24, 2005, p. 249-281.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MONRO, Surya et al. “Intersex: cultural and social perspectives”. *Cult Health Sex*, 23 (4), 2021, p. 431-440.

PINO, Nádía Perez. “A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos”. *Cadernos Pagu*, 28, 2007.

PIRES, Barbara Gomes. *A gestão da integridade: corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento*. 2020a. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2020a.

PIRES, Barbara Gomes. “O legado das regulações esportivas: diagnóstico e consentimento na elegibilidade da categoria feminina”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 283-307, ago. 2020b.

PIRES, Barbara Gomes. “Gestão de corpos, regulação de integridades: uma reflexão sobre direitos e intersexualidade”. In: Everton Rangel; Camila Fernandes; Fátima Lima. *(Des)Prazer da Norma*. Rio de Janeiro: Editora Papéis Selvagens, 2018a.

PIRES, Barbara Gomes. “‘Integridade’ e ‘debilidade’ como gestão das variações intersexuais no esporte de alto rendimento”. In: Maria Berenice



Dias (coord.); Fernanda Carvalho Leão Barreto (org.). *Intersexo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018b, p. 535-543.

PIRES, Barbara Gomes. “As inscrições da ‘diferença’: corpo, subjetividade e experiência intersexual em espaços hospitalares”. *Cadernos Pagu*, 54, 2018c.

PIRES, Barbara Gomes. “Des-fazer de corpos: uma história sobre bem-estar, sofrimento e intersexualidade”. *Vivência: Revista de Antropologia*, n. 48, 2016a, p. 13-24.

PIRES, Barbara Gomes. “As políticas de verificação de sexo/gênero no esporte: Intersexualidade, doping, protocolos e resoluções”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 24, 2016b.

PIRES, Barbara Gomes. *Distinções do desenvolvimento sexual: percursos científicos e atravessamentos políticos em casos de intersexualidade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

PREVES, Sharon. *Intersex and identity: the contested self*. Rutgers University Press, 2003.

PRETES, Érika Aparecida. *Intersexualidade e direito ao próprio corpo: garantia à integridade corporal da criança intersexual e direito à autodeterminação na adolescência*. 2019. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

REDICK, Alison. *American History XY: the medical treatment of intersex, 1916–1955*. A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy - Program in American Studies - New York University- September 2004.

ROEDEL, Luísa de Assis. “O silêncio do corpo: intersexualidade invisibilizada no cemitério do Bonfim”. Especial: Crítica Feminista e Arqueologia, *Revista de Arqueologia*, vol. 30 No. 2, 2017, p. 71-85.

ROHDEN, Fabíola. “O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos”. *História, Ciências, Saúde*, v. 15, Jun, 2008, p. 133-152.

RUSSO, Jane Araújo. “A terceira onda sexológica: medicina sexual e farmacologização da sexualidade”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino-americana*, n. 14, 2013.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha. *Desenvolvimento da identidade de gênero em crianças com diagnóstico de intersexo: casos específicos de hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo masculino e feminino*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2000.



SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAÚJO. “Estudos e pesquisas sobre a intersexualidade: uma análise sistemática da literatura especializada”. *Psicol. Reflex. Crit.*, 21 (2), 2008.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAÚJO, Tereza. “A clínica da intersexualidade e seus desafios para os profissionais de saúde”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23 (3), 2003, p. 26-33.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAÚJO, Tereza. “Identidade de gênero em crianças com diagnóstico de intersexo”. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 13 (1), 2001, p. 101-117.

SERANO, Julia. *Whipping girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Emeryville, CA: Seal Press, 2007.

SILVA, Mikelly Gomes da; NUNES, Kenia Almeida; BENTO, Berenice. “Corpos marcados: a intersexualidade como (des) encaixes de gênero”. *R. Pós-Grad. Ci. Soc.*, v. 12, n.2, 2011, p. 128-142.

SILVEIRA, Viviane. “Mulheres, atletas, testosteronadas: a história de Dutee Chand e tantas outras”. *Labrys: Études féministes / Estudos feministas*, v. 28, 2015.

SILVEIRA, Viviane. *Tecnologias e a mulher atleta: novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo*. 2013. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

SILVEIRA, Viviane; VAZ, Alexandre. “Doping e controle de feminilidade no esporte”. *Cadernos Pagu*, n. 42, 2014, p. 447-475.

SOUZA, Andréa Santana Leone de. *Protagonismo e dignidade das crianças intersex diante de um protocolo biomédico de designação sexual*. 2019. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal da Bahia, 2019.

SOUZA, Andréa Santana Leone de. *Os direitos da personalidade e a autonomia privada: a questão das crianças em situação de intersexo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Sociais e Novos Direitos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VÁZQUEZ GARCÍA, Francisco; CLEMINSON, Richard. *Los hermafroditas: medicina e identidad sexual en España (1850-1960)*. Granada: Editorial Comares, 2012.

WITTIG, Monique. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

